

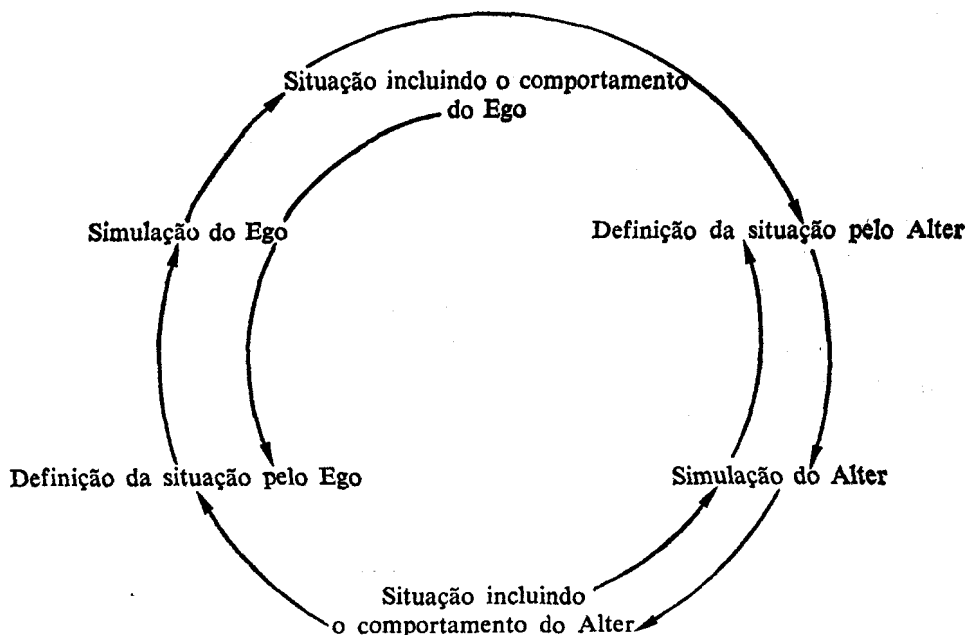
Definições, interacções e desimplicação: notas para uma teoria dos processos de intervenção nos Grupos-T

IAIN MANGHAM (*)

Este artigo apresenta um modelo de interacção e considera as implicações de parte deste modelo nos processos de intervenção a nível de formação em grupos — T. O modelo estuda de perto os processos interactivos em termos de comportamento, e interpretação ou definições desse comportamento por parte de outros, presentes na *setting*. É dada atenção aos aspectos comunicacionais da interacção, às diferentes mensagens emitidas pelos actores, e às respostas a estas

mensagens. Com ideias derivadas desse campo de referência, é delineado e considerado um modo de intervenção designado «afastamento» (Mangham, 1970).

O ponto de partida é o modelo de interacção diária, ilustrado na figura 1:



(*) Professor da Universidade de Bath e director do respectivo Centre for the Study of Organizational Change and Development.

Analiticamente pode começar-se em qualquer ponto do ciclo, mas para maior clareza de exposição, proponho começar no cimo e trabalhar no sentido dos ponteiros do relógio, até atingir a posição inicial. «A situação é constructo teórico, por definição impossível de ser observado por qualquer pessoa. É a totalidade dos possíveis, que apenas seria observável por olhos omniscientes e desinteressados, que considerassem todas as suas complexas interdependências e todas as suas intermináveis contingências» (Mac Iver, 1942).

Esta constructo facilita a distinção entre a situação possível, só «conhecível» pelo omnisciente, e os aspectos do conhecível que o Alter vê como tendo algum efeito sobre as suas acções e aos quais «portanto deve ser dado significado antes de agir» (Stebbins, 1967). Esta parte do todo conhecível, é a definição, pelo Alter, da situação que, no modelo em que aquele está implicado, é considerado como idêntica à própria realidade. Inclui estudos físicos, fisiológicos e psicológicos, tanto quanto ele dele se apercebe. A realidade para o Alter (e mais tarde na sequência, para o Ego) é o que é fenomenologicamente experimentado por ele como relevante para o localizar, a ele e aos outros, e os implicar na acção (Ball, 1972).

O Alter dá atenção ao *setting* à situação (Goffman, 1959), especialmente àquilo que ele pensa serem as acções do Ego, suas motivações, planos e justificações. Simultaneamente, dá atenção aos seus próprios estados mentais internos. Na base daquilo que percebe, tenta atribuir significado aos acontecimentos, à situação ao comportamento e aos respectivos processos mentais, para poder ele próprio iniciar alguma acção.

Estes processos precedem imediatamente a situação que, por sua vez, precede a acção por parte do Alter. Através da simulação, o Alter procura ensaiar pistas de acção, que considera abertas, à luz da sua definição da situação. O próprio processo de simulação retroage sobre a definição, visto que a pró-

pria actividade de testar alternativas fornece mais informação. O Alter prevê o seu comportamento e considera as possíveis interpretações ou definições que o Ego pode dar a esse comportamento. Dependendo do comportamento hipotético resultante e dos seus próprios planos, motivos e justificações, o Alter pode sentir-se suficientemente satisfeito para agir ou pode considerar comportamentos alternativos. Uma vez que age, o seu comportamento torna-se, para o Ego, parte da situação. E assim o ciclo continua, sendo cada acção sujeita a definição por ambas as partes, e cada comportamento reforçando o subsequente comportamento de cada participante.

Este é, portanto, o modelo ciclico simples, do qual alguns elementos serão agora considerados em detalhe (¹). Preocupar-nos-emos agora com os aspectos comportamentais e as definições das situações por diferentes actores. O *setting* — aspectos físicos e sociais da situação —, embora tendo consequências consideráveis na condução de interacções (Goffman, 1959, Saranson, 1974), não será estudado, o mesmo acontecendo com a simulação.

Parte da situação consiste no comportamento do Ego. O Ego faz alguma coisa, liga todo um conjunto de comportamentos que, pelo menos teoricamente, se pode pensar serem a expressão de algum objectivo por ele desejado. Em parte, claro que aquilo que o Ego faz é consequência da sua definição da situação, mas para uma melhor análise e explicação, um ponto de partida tem de ser estabelecido, que não leve imediatamente ao estado anterior. O Ego realiza comportamentos. Controlando a sua conduta expressiva, tenta projectar uma imagem do papel que deseja assumir na situação. Seguindo Goffman (1959), podemos chamar a este processo a apresentação

(¹) É feita uma análise mais detalhada do modelo em Mangham (1975a).

selectiva do *self*. Com efeito, a apresentação do Ego diz: «Este é aquele por quem eu quero ser tomado, nesta interacção.» E diz também: «É este é aquele por quem te tomo», porque o comportamento do Ego não só exprime uma imagem daquilo por que o Ego gostaria de ser tomado, como também atribui ao Alter um papel complementar (McCall e Simmons, 1966; Weinstein e Deutschberger, 1964). «Se, nesta situação reivindico para mim o papel de professor, estou a definir-te como o aluno.»

Tal *distribuição de papéis ao Alter* tem a qualidade de pré-contrato e, sendo assim, pode tornar-se auto-realizada. O Ego age em relação ao Alter como se este fosse de facto o tipo de pessoa por quem o Ego o toma e pode continuar assim, sem ter em conta resposta do Alter. Assim, por exemplo, o Ego pode assumir o papel da pessoa que ajuda a insistir em «ajudar» o Alter, apesar de o Alter protestar e dizer que não está a precisar de ajuda; tipo de comportamento que se vê muitas vezes naqueles que ajudam os velhos, doentes e deficientes. Uma atribuição persistente do papel do Alter, pode eventualmente levá-lo a adoptar o papel que lhe foi atribuído; «Pois, eu já sabia que isso era o que tu sempre quiseste». O que o Ego considera ser um comportamento apropriado depende não só da definição, a que já voltaremos, como também do seu repertório comportamental e das suas predisposições ou padrões internos de comportamento.

McCall e Simmons (1966) sugerem três factores que podem ser responsáveis pela relativa centralidade de papéis particulares. Primeiro, os papéis que o indivíduo pensa desempenhar bem, são-lhe usualmente queridos; o actor esforça-se por recriar sucesso. Em segundo lugar os papéis que tiveram apoio de outros considerados importantes; são valorizados. Nestes casos, não só o actor, pensa que desempenhou bem um determinado papel, como também os outros lhe deram claramente a sua aprovação e apoio. Pode acontecer que o actor pense não ter

feito qualquer coisa particularmente bem, mas o desejo de aprovação mantém-se como um estímulo. Finalmente, um determinado papel é mais valorizado se representa algo em que o indivíduo investiu muito; algo central para a sua auto-imagem desejada.

Da mesma forma, a selecção feita pelo Ego de um determinado papel, pode ser o produto de um treino profissional ou especializado. O resultado de tal socialização e orientação predispõe o actor a notar só certos aspectos de uma dada situação e a ignorar outros — ao que Veblen chama «incapacidade treinada» (Belger e Luckman, 1966).

Há alguns papéis, alguns comportamentos, que não fazem parte do repertório do Ego, ou porque este não foi chamado a exercê-los previamente, ou porque reconhece que estes exigem um nível de perícia para além do seu actual desenvolvimento. A forma como o Ego actua depende daquilo que ele acha ser necessário ou apropriado, o que por sua vez ele termina procurando analogias a partir da experiência anterior. Nas palavras dos teóricos dos constructos, «uma pessoa antecipa acontecimentos construindo as suas réplicas» (Bannister e Fransella, 1971). Se o Ego não enfrentou já circunstâncias semelhantes, o seu repertório será deficiente.

O comportamento do Ego vai também ser influenciado pelas consequências de anteriores interacções. Cada actor tem uma história de interacção e um registo pessoal e idiossincrático das formas de arranjar estratégias para lidar com situações interpessoais. «Para ilustrar, isto, uma mulher exhibia constantemente um comportamento maternal sobre-solícito. Este comportamento funcionava como uma solução habitual para um conflito subjacente que envolvia, como motivo de distúrbio, um desejo de gratificar os impulsos sexuais femininos, e como motivo reactivo, o medo de perder o apoio material da sua mãe. A solução de ser maternal e sobre-solícita, relacionava-se com os conflitos subjacentes, abandonando-os e

dando ela própria apoios maternos, «comportando-se portanto materno» (Whitaker, 1964). É provável que tais formas de lidar com os outros sejam aprendidas na infância. O Ego adquire certos comportamentos, pratica certos papéis, de modo a controlar ou reduzir os seus sentimentos de vulnerabilidade. No entanto, como Beier (1966) diz, «Os modos de interacção preferidos por um indivíduo, não são meras defesas; são também comportamentos que encontraram certas respostas no ambiente». Através dos anos, o Ego aprende a comportar-se de modo a distribuir os outros por uma estreita faixa de respostas. As predisposições do Ego consistem em grande parte numa série de modelos preferidos de envolvimento; o seu comportamento tendo evoluído de forma a poder desencadear respostas com que possa lidar facilmente. Assim, de uma forma ou de outra — consciente ou inconsciente —, todo o comportamento se torna uma tentativa de restringir e forçar o Alter, de reduzir a margem de liberdade do Alter influenciando muitas vezes a coberto e subtilmente, a sua definição ou interpretação da situação. Como para o Alter uma grande parte da situação é o comportamento do Ego, é do interesse deste manipular a sua apresentação de modo a proteger-se. Em muitos casos, o Ego não sabe como é que faz isto ou mesmo como é que o comportamento nasceu inicialmente. A sua selecção é quase automática.

No entanto, um factor importante é a oportunidade percebida para agir. O actor vem para interacção com certos papéis e predisposições habituais, e tenta pô-los em prática, mas fá-lo à luz, da definição que fez acções dos outros actores presentes na interacção. Antes de actuar, procura definir e interpretar o que está «presente» na situação. A «definição» é um elemento-chave do interaccionismo simbólico e da teoria dos constructos pessoais (embora os adeptos de cada uma das teorias, pareçam ignorar a outra). Sempre houve uma grande preo-

cupação com a definição em sociologia, sendo os termos «situações sociais» e «definição da situação» particularmente prevalentes nessa disciplina. Esta tradição tem pelo menos cinquenta anos (Thomas, 1923), durante os quais teve vários destinos, mas está a ressurgir neste momento. Basicamente, aquilo que Thomas dizia era que «para compreendermos uma conduta social temos que ter em conta a causalidade existencial, isto é, os significados das situações tal como são fenomenologicamente experimentadas pelos actores que estão dentro delas» (Ball, 1972).

Esta posição é muito parecida com a de Kelly (1956) e Blumer (1969), que a ela chegam partindo de bases muito diferentes.

Kelly, vê o desejo do homem de explicar, de atribuir significados, como uma característica que o distingue das outras espécies animais: «Se outros teóricos afirmaram que o objectivo do homem é processar informação, adaptar-se no ambiente que o rodeia, reduzir a sua ansiedade ou obter a satisfação dos seus desejos, Kelly insiste no facto de que o objectivo do homem é dotar o mundo de sentido, testar este sentido em termos da sua capacidade predictiva. Assim, o homem modelo da teoria dos constructos é o «homem cientista». (Bannister e Fransella, 1971).

Blumer expõe também energeticamente a posição dos interaccionistas simbólicos: «A posição dos interaccionistas simbólicos é que o significado que as coisas têm para o ser humano são centrais por direito próprio. Ignorar o significado das coisas em relação às quais as pessoas actuam, é visto como uma falsificação do comportamento em estudo» (Blumer, 1969). Do ponto de vista interaccionista simbólico, o significado nasce no processo de interacção entre as pessoas. O significado de uma coisa — seja ela um objecto físico, como uma cadeira, ou um conceito, como alienação —, nasce da maneira como a pessoa actua em relação a esse objecto. As acções das pessoas em interac-

ção operam de modo a definir o objecto para o actor. Assim, os significados são produtos sociais formados em e através das actividades de definição, codificação e categorização das pessoas quando interagem. A interpretação que um indivíduo tem de um objecto, deriva sempre da intenção.

Donde resulta que as coisas podem ter diferentes significados para diferentes indivíduos e grupos; a vaca tem um significado para o protestante da Europa Ocidental, e outro bem diferente para um Brâmane Indiano; um polícia pode não só representar algo nitidamente diferente para um membro de uma associação de proprietários da classe média, e para um vagabundo, mas o que um «polícia» significa pode diferir para cada um deles consoante as circunstâncias em que se encontram.

«... O significado de toda e qualquer coisa tem que ser formado, aprendido e transmitido através de um processo de indicação — processo que é necessariamente um processo social... Os objectos não têm nenhum *status* fixo, excepto quando o seu significado é mantido por indicações e definições que as pessoas deles fazem» (Blumer, 1969).

O que isto significa em termos do modelo de interacção esboçado neste artigo, é que não há correspondência biunívoca entre a definição da situação feita pelo Ego, e a definição da mesma situação pelo Alter. Tanto pode haver sobreposição considerável, como nenhuma correspondência. Se adoptarmos um ponto de vista interaccionista simbólico, será claro que aquilo em que as duas partes estão envolvidas é um esforço conjunto para definir e validar consensualmente significados e definições emergentes, de modo a desenvolver linhas de conduta em relação uma com a outra. A interacção, a vida de grupo, a sociedade, consiste em pessoas que se envolvem na acção, e os significados são usados e revistos como instrumentos capazes de guiar e desenvolver essa acção. Tais definições são essencialmente

predictivas. Nas palavras da teoria dos constructos, o significado é uma teoria constantemente testada. «Os constructos que a pessoa elabora sobre os acontecimentos são hipóteses de trabalho, a ser testadas pela experiência» (Bannister e Fransella, 1971).

O que é que o actor, o Ego, procura definir na situação?

1. Quem está presente; não só quem está fisicamente presente, mas também quem é parte da interacção.

2. Como é que estes Alters interpretam a situação.

3. Quais são as intenções dos Alters, isto é, o que parecem querer da interacção.

4. Quais são as estratégias e táticas prováveis a usar pelos Alters para atingirem os seus fins.

5. Quais parecem ser as justificações, pelos Alters, das suas acções.

6. À luz do que aconteceu anteriormente, o que é que eu, Ego, penso da situação.

7. Quais são os meus objectivos.

8. Em que medida estou a realizar os meus objectivos, quais são os meus planos.

9. Como posso justificá-los .

O actor, o Ego, tenta também apreciar:

10. Como é que ele, Ego, é visto pelo Alter.

11. Que avaliação da situação é imputada ao Ego pelo Alter. Ou seja, o Ego pode avaliar a situação como sendo do tipo X, mas tenta também saber se o Alter percebeu que o Ego a classificou no tipo X, ou se imagina que aquele a considerou como sendo de qualquer outro tipo N.

12. Do mesmo modo, o Ego está interessado na percepção do Alter sobre as intenções do Ego, e

13. Os seus planos de acção, e

14. As suas justificações (Stebbins, 1969).

Resumindo, o Ego tenta saber o que é que o Alter pensa de uma situação particular, de forma a prever e compreender a resposta

do Alter a qualquer direcção de acção elaborada pelo Ego.

Segundo Stebbins, todas estas percepções da parte de um dado conjunto de actores podem, teoricamente, fazer parte das suas definições de um determinado tipo de situação, mas não são necessariamente adquiríveis por qualquer actor ou conjunto de actores. O Ego pode ser incapaz de prever as intenções do Alter, de apreender a justificação das suas táticas numa dada situação e, portanto, tem necessariamente que operar com dados limitados ao fazer a sua própria definição. Continuará no entanto a analisar a situação e a construir uma série de diagnósticos diferenciais, à medida que a interacção se desenrola esperando melhorar as suas definições e suas previsões.

Voltemos agora à nossa interacção básica e consideremos um processo de definição simples, do ponto de vista do Alter. O Ego, relembremo-lo, assumiu um papel e a sua execução desse papel é acompanhada por projecção daquilo que ele pensa que o Alter é. De modo a determinar as suas oportunidades nesta situação, o Alter tenta compreender qual é a projecção do Ego e que implicações tem para o Alter esse papel. O actor de teatro faz a mesma coisa quando tenta edificar o seu papel. «Quando examina o texto, para preparar a sua parte, procura aquilo que torna as palavras diferentes de uma simples conversa, isto é, procura os elementos estruturais da construção, procura elos do pensamento característico, etc. Persiste até esboçar na sua mente um padrão firme e praticável» (Styan, 1963). Stanislavsky chamava a estas pistas para a interpretação, o «subtexto» da peça. O «subtexto» é uma teia de inumeráveis e variados padrões internos de uma peça... é o subtexto que nos faz dizer as palavras que dizemos numa peça» (Stanislavsky, 1950).

O Alter faz qualquer coisa parecida quando interage com o Ego. Tenta descobrir qual é o «subtexto», interpretar o papel do Ego e as implicações para si da execução

do papel. Turner, seguindo a tradição interaccionista simbólica, chama ao processo «tomada de papel»: «Diz-se que o comportamento faz sentido quando se pode interpretar uma série de acções como indicativa de que o actor tem em mente qualquer papel que guia o seu comportamento... A acção isolada só se torna um dado para a análise do papel se for interpretada como a manifestação de uma configuração... O elemento unificador pode ser encontrado na atribuição de objectivos ou sentimentos ao actor... A tomada de papel compreende uma percepção selectiva das acções do outro e uma ênfase selectiva muito intensa à volta de alguns dos objectivos ou sentimentos atribuídos a outro» (Turner, 1962).

Para realizar precisamente a sua definição, o Alter tenta ser capaz de desempenhar o papel do Ego, tenta compreender minuciosamente a intenção e a acção do Ego, de modo a perceber quais são as suas implicações para si próprio, tal como o Ego tem que compreender a posição do Alter. Tal tomada de papel mútua é o pré-requisito para uma comunicação efectiva e interacção. Esta noção constitui a base, tanto da teoria dos constructos, como da teoria interaccionista. O corolário de Kelly é: «a medida em que uma pessoa constrói os processos de construção doutra, pode desempenhar um determinado papel num processo social que envolva essa outra pessoa» (Kelly, 1956).

O Alter, tal como o actor de teatro, procura os elementos estruturais, tenta agrupar a corrente subtextual de imagens e ideias que lhe permitirão definir qual o papel que o Ego deseja assumir nesta fase do encontro. Fá-lo dando atenção não só ao conteúdo daquilo que o Ego diz, mas também escutando o tom da sua voz, tentando apanhar tonalidades emocionais e índices afectivos.

Não que a linguagem não seja importante; de facto, é central. O processo de reflectir na situação de dar indicações ao *self* (Mead, 1936) depende do uso de símbolos de qual-

quer tipo. O trabalho de alguns sociolinguistas alerta-nos para o facto de as definições individuais serem influenciadas pelos símbolos linguísticos e modos de estruturação disponíveis (Giglioli, 1972).

O processo de interpretação consiste então numa tentativa de compreender as implicações das acções do Alter para o *self*, intuindo qual o padrão de comportamento que está a ser elaborado. Isto é feito prestando atenção não só às características verbais e paralinguísticas, mas também a sinais não verbais, tais como postura e características faciais (Argyle, 1966).

Assim como considera o comportamento do Alter na sua interpretação, o Ego tem que ter em conta as suas próprias necessidades na situação. «Uma parte de qualquer interpretação de uma situação é uma interpretação de como é que uma pessoa se comportou e se vai comportar» (Strauss, 1959).

Uma vez que se considera o comportamento passado potencial, encontramos obviamente a fazer considerações similares relativas ao Ego — repertórios e predisposições. É no entanto importante notar que nada disto deixa de operar; e influencia todos os aspectos da definição. Cada actor traz alguma coisa para cada encontro e as predisposições afectam não só o comportamento, mas também as definições.

Normalmente, o Alter conversa consigo próprio para determinar o significado do comportamento do Ego e qual a situação em que se encontra. Claro que não se trata de um processo consciente, e é igualmente claro que se dá a uma velocidade fantástica, mesmo numa interacção muito lenta e experimental. À luz deste processo, ele *imputa* um papel ao Ego e elabora ou improvisa mentalmente um papel para si próprio. Tanto a imputação como a improvisação são facilitadas pelo processo de ensaio, tal como foi indicado nos primeiros desenvolvimentos do modelo representado na Fig. 1.

O actor simula mentalmente a situação tal como prevê que esta será depois do seu próximo acto potencial. Isto pode representar uma qualquer forma de xadrez mental, não só do tipo «se eu fizer isto, ele fará aquilo», mas também «se eu fizer isto, ele pode pensar aquilo, o que, subsequentemente, me capacitará a fazer mais qualquer coisa». Com efeito, o actor faz uma série de tentativas, ensaios gerais que simulam o seu próprio comportamento, reacções a ele, etc. Estes ensaios estão claramente relacionados, tanto com as definições, como com a acção. Não é provável que aquele que define as coisas de um modo pessimista ensaie acções que se afastam radicalmente de tais definições e, portanto, selecciona acções que tendem a confirmar estas definições.

Assim, enquanto que, analiticamente, é possível separar os processos, na realidade temos um processo pelo qual a apresentação do comportamento pelo Ego, implica simultaneamente um papel para o Alter, e cuja construção pressupõe três coisas: um papel para o Ego, um papel para o Alter e a acção conjunta nascida da articulação destes dois papéis. Assim, o acto de interpretar, de construir a acção do Ego, é inseparável da construção simultânea de uma resposta potencial. O acto de interpretação, o estabelecimento do significado, é portanto crítico para o desenvolvimento da interacção; a incapacidade de se meter no papel do outro é um factor crucial para o falhanço no estabelecimento de linhas de acção para o outro. «No essencial, a acção do ser humano consiste no dar-se conta de várias coisas que vai notando, e forjar uma linha de conduta, na base de como elas são interpretadas...» (Blumer, 1959).

Não há grande «falhanço no estabelecimento de linhas de acção» por numerosas razões. Primeiro, são evitadas situações em que a pessoa possa não ser aceite; «A vida social é uma coisa arrumada e ordeira, porque a pessoa se afasta voluntariamente dos

locais, tópicos e tempos em que não é bem-vinda e onde poderia ser desacreditada. Coopera para manter a imagem...» (Goffman, 1959). Segundo, e talvez mais fundamentalmente, muitas das situações encontradas pelos indivíduos, são «dadas»; isto é, o próprio processo de socialização ensina que papéis são apropriados face à situação A, B ou C. Através de interacções prévias, define-se uma compreensão comum acerca da forma de agir em certas circunstâncias. Isto dá à interacção um forte sentido de acção conjunta automática, repetitiva e estável. No entanto, resulta tanto mais de um processo interpretativo quanto mais perto se está de uma acção abordada pela primeira vez. «... os significados que estão na base de acções conjuntas, estabelecidas e recorrentes, são eles próprios sujeitos tanto a pressão como a reforço, a não satisfação incipiente como a indiferença; tanto têm que ser desafiados, como sujeitos à infusão de novo vigor» (Blumer, 1969). No entanto, tais acções periódicas conjuntas raramente são desorganizadas. Berne (1964) assinala a prevalência de padrões de interacção humana, a que chama «jogos».

Os participantes interagem e desempenham papéis como se não houvesse mais possibilidades. Qualquer que seja o jogo, e Berne indica vários de uso comum, particularmente entre os sexos, pode ser anulado por alguém que ignore ou ultrapasse as «regras implícitas do jogo». Uma ilustração de «Quem tem medo de Virgínia Woolf?», de Albee, capta a essência disto. A peça esboça toda uma gama de jogos, um dos quais é constituído por uma relação entre George e Martha e um filho imaginário. O filho é essencial para o autoconceito de Martha, e George sabe-o. A relação principal entre os dois «pais» é de insulto e humilhação mútuos. Atacar-se com insultos e bater-se mutuamente é jogo que fazem fortemente, mas sempre dentro das regras. E uma destas é que a relação filho/pais não pode ser trazida para o jogo. Quando George se sente pro-

fundamente ferido, infringe as regras unilateralmente e contraria o acordo antes negociado:

George: Martha... (pausa)... o nosso filho... morreu. Foi... morto... ao fim da tarde... (um ligeiro riso entre dentes). Com a licença de aprendizagem no bolso, ia pela estrada quando se desviou para evitar um porco-espinho, e foi direito a...

Martha: (rígida e furiosa) NÃO... PODES... FAZER... ISSO!

George: ... a uma grande árvore.

Martha: TU NÃO PODES FAZER ISSO.

George: (calma e desapaixonadamente) Pensei que devias saber.

Martha: NÃO! NÃO! NÃO PODES FAZER ISSO! NÃO PODES DECIDIR ISSO SÓ POR TI! NÃO VOU DEIXAR-TE FAZER ISSO!... NÃO TE VOU DEIXAR DECIDIR ESTAS COISAS.

E assim por diante. George infringe as regras e ameaça a base da sua relação. Com efeito, desorganiza o precário acordo que negociara com Martha. Sem dúvida que, eventualmente, eles negociam papéis novos e também temporários, nos quais George é o protector e Martha a protegida.

George: Estás bem?

Martha: Sim. Não.

George: (Põe a mão suavemente no seu ombro; ela pousa a mão por cima da dele, e ele começa a cantar-lhe baixinho):

Quem tem medo de Virgínia Woolf

Virgínia Woolf

Virgínia Woolf

Martha: Eu... sou... George.

George: Quem tem medo de Virgínia Woolf

Martha: Eu... sou... George... Eu... sou

(George acena suavemente com a cabeça, silêncio — cortina. Cai o pano).

Resumindo, aquilo que foi mostrado foi um modelo do processo de interacção, circular e dinâmico. Cada definição é processada internamente, estabelecido um significado possível, relacionado com as preocupações e objectivos passados, presentes e futuros. A definição, chegada a este ponto, é usada como uma base para simular e subsequentemente seleccionar o comportamento que melhor se ajustar às preocupações e objectivos da pessoa empenhada na interacção e, ao mesmo tempo, conformar-se ou tentar modificar as preocupações, expectativas e objectivos inferidos, da outra parte envolvida na interacção. A decisão de agir é implementada, e esse comportamento torna-se um dado de que a outra parte dispõe, ao mesmo tempo que alimenta a própria definição e simulação. Com efeito, as saídas de um tornam-se entradas potenciais para o outro; seja o que for que ele infira, é processado internamente e usado como uma base para mais acção, e assim o ciclo continua.

INTERVENÇÃO EM GRUPOS-T

O que é que isto implica em termos de processo de grupo e particularmente em termos de processos de intervenção em grupos? Os Grupos-T podem ser importantes fontes de informação sobre a interacção social em geral, mas particularmente importantes fontes de informação sobre como é que as pessoas definem as situações. Convém lembrar que os processos atrás esboçados têm lugar a uma enorme velocidade, são raramente conscientes e reflectidos a um nível

acessível ao *self*, mas não ao observador. Será também bom lembrar que a lista de definições possíveis, dada a diversidade dos seres humanos, da sua experiência, e o quase infinito número de indicar na situação conhecida, é realmente muito grande. Como Ball (1972) diz «... embora as situações possam ser homogéneas de caso para caso através do tempo, isto é, as suas características físicas “objectivas” — é provável que a sua apreensão seja heterogénea e potencialmente tão variada como o número de actores envolvidos». Voltando à analogia teatral, embora a lista de interpretações possíveis da peça «Hamlet» não seja infinita, é certamente substancial.

Para descrever interacções é necessário que as várias interpretações de cada participante sejam identificadas.

Em muitas circunstâncias, é impossível apreender o ciclo de interacção e considerar processos inter-relacionados de acção, definição e simulação. Dar sentido ao mundo e fazer alguma coisa a partir do que se pensa ter esse sentido, é, para a maioria de nós, na maior parte dos casos, um e o mesmo processo. No entanto, como o Grupo-T se preocupa com «modos de estar com as pessoas», proporciona uma oportunidade para reflectir, considerar e mudar modos habituais de comportamento e interacção. De facto, o propósito do Grupo-T é examinar tanto as definições idiossincráticas habituais, como as emergentes. Em muitos grupos naturais a tarefa é a figura e o processo o fundo. No Grupo-T a figura é o fundo; a tarefa é o processo. A definição é olhar para o acto de definir. Um dos objectivos do Grupo-T é criar condições para que os participantes se dêem conta das suas definições e consequentes acções, de modo a dar-lhes oportunidade de considerarem as implicações destas definições e comportamento e *quando e onde acharem apropriado* de mudarem estas acções. Criar condições a partir das quais as circunstâncias das escolhas possam ser identificadas. Mas visto que

estes padrões são tão habituais e visto que do ponto de vista do actor, a situação e sua definição são similares (por definição, incluindo tudo aquilo que lhe é acessível). Mantém-se a questão de saber o que deve ser feito para se chegar à consciência?

O conhecimento é a chave. Como Berger diz «... todas as revoluções começam com transformações da consciência» (1963). Logo que o actor se torna consciente de definições alternativas, está em posição de mudar o seu comportamento. A propósito disto, o conceito de distanciação do papel de Goffman (1961) é bastante útil. Embora a sua definição, como a maioria do seu trabalho, seja impressionista e ambígua, tendo resultado nalguma confusão entre os investigadores (Stebbins, 1969), ajuda a compreender o processo de recuo nas situações. Stebbins define a distanciação do papel como «uma atitude de desagrado face a todo ou a parte de um conjunto de expectativas que, quando postas em acção, trazem a ameaça da perda de respeito e, pelo menos momentaneamente, da falta de apoio ao autoconceito da pessoa, por parte de certas referências que outros apresentam na situação».

A atitude de distanciação do papel deve ser distinguida da actuação que exprime esta predisposição, à qual chamaremos *comportamento de distanciação* ou distanciação (Stebbins, 1969).

Cada situação fortemente coerciva produzirá distanciação, se não comportamento de distanciação. «O doméstico negro desempenha o papel autodepreciativo de palhaço, e o homem alistado o de um militar fanático e lustroso, ambos com pensamentos diametralmente opostos à mitologia dentro da qual os seus papéis têm um significado que intimamente rejeitam» (Berger, 1963). O conceito de Goffman pode ser alargado de modo a ser aplicado a todos os casos em que um papel é desempenhado sem identificação interior. Em situação é o que acontece quando o Ego estabelece uma distância interior entre a sua consciência e o papel

que é suposto desempenhar. O estado normal, como esboçámos, é que as interacções progridam por processos quase inconscientes de estímulo e resposta. A distanciação ao papel é uma aproximação qualitativamente diferente das interacções. Logo que o Ego se torna consciente daquilo que está a fazer, é possível que o mude; tem a oportunidade de recusar continuar com as exigências do texto. Isto não quer dizer que o Ego desencadeará um comportamento da distanciação ao papel — continuando com as exigências, mas tornando claro, através de índices subtis, que não investe o papel que deve desempenhar —, nem que se recusará a desempenhar o papel até ao fim.

Esta fundamental e importante noção de distanciação, que é acompanhada por uma consciência, tem também a sua base no teatro, sobretudo no conceito de «alienação» proposto e praticado por Brecht (1936). Este inspirou-se nas ideias do teatro chinês: «A arte chinesa de representar está essencialmente no tratamento dos gestos. Observando abertamente os seus próprios movimentos, o chinês chega ao efeito A» (Brecht, 1940). Em termos sociopsicológicos o actor realiza uma forma de distanciação ao papel. O objectivo de Brecht no teatro era evitar que os actores e audiência ficassem presos numa onda de emoção, o que era expresso muito simplesmente na sua rejeição da palavra «empatia» (*einbilden*), em favor do termo «representação» (*abbilden*).

A primeira implica envolvimento e falta de consciência, a última, relativa desimplificação e controlo. A alienação é, antes de mais, o acto de tornar o familiar estranho, pelo simples pôr-se de fora. «Fazemos com que qualquer coisa natural se torne de certo modo incompreensível, mas só para que tudo se torne depois mais compreensível. Para que qualquer coisa conhecida seja percebida tem que deixar de ser vulgar; temos que acabar com a habitual noção de que a coisa em questão não requer elucidação nenhuma» (1940). Mais à frente, quando

Brecht diz «Uma coisa que não foi mudada durante muito tempo parece imutável», devemos deduzir que pode ser mudada logo que tenha sido acossada da sua naturalidade pela alienação» (Holthusen, 1961).

A tomada de consciência é tudo, a alienação — o acto de pôr-se de fora, transforma a consciência do comportamento próprio e dos outros de tal maneira que o «dado se torna possível» (Berger, 1963).

Uma condição essencial para se tornar mais consciente é o *feedback*. «O *feedback*... significa respostas verbais e não-verbais dadas pelos outros a uma unidade de comportamento, situadas tão perto quanto possível do comportamento, percebidas utilizadas pelo indivíduo que inicia o comportamento. O *feedback* pode servir como função de validação relativamente ao comportamento inicial. Pode servir para guiar e direccionar comportamentos subsequentes. Pode também servir para estimular mudanças no comportamento, sentimentos, atitudes, percepção e conhecimento do iniciador» (Bradford, Gibb e Benne, 1964). Através do autêntico *feedback* o Ego tem a possibilidade de se tornar consciente da diferença, existente entre a expressão pretendida e a impressão recebida. Através do *feedback* pode tornar-se mais consciente da sua responsabilidade nas e para as situações em que se encontra.

O *feedback* é uma maneira de tornar o familiar estranho, e de provocar certos níveis de alienação e distanciação ao papel. Não só fornece ao Ego a *possibilidade* de se tornar mais consciente, como pode também fazer com que este tente mudar os seus padrões de comportamento interpessoal. No entanto, como foi acentuado na nossa discussão sobre distanciação ao papel, não tem que necessariamente seguir-se nenhuma manifestação comportamental da atitude. Por isto, pode ser necessário seguir-se outra condição. A esta condição podemos chamar afastamento. Este é o processo pelo qual o Alter se recusa a aceitar a continuar a apre-

sentação do *self* pelo Ego, de tal modo que a recusa faz com que o Ego reexamine o seu próprio comportamento. É diferente do *feedback* porque não proporciona ao Ego a tomada de consciência, para que *ele* possa decidir se quer ou não deixar o papel que desempenha. O afastamento empurra o Ego para fora do papel, «de forma a que este o possa tornar mais consciente». Por exemplo, esta interacção ocorreu num grupo de treino de sensibilidade, depois de uma certa construção de tensão:

Ego: Este é outro exemplo da tua política de dividir para reinar. (Obviamente, muito zangado. Dá ao Alter o papel de alguém que deve lutar ou retirar-se).

Alter: Ah é? Talvez gostasses de dizer algo mais? (exprimido de maneira encorajadora, não-hostil e de não-recuo).

Neste caso, o Ego não obtém a situação de luta que o seu comportamento requer. Pode acontecer que o facto de exigir ira e rejeição da parte dos outros seja uma maneira de manter um ajustamento com a sua autoconcepção de pessoa «rejeitada». Pode ser importante para ele afastar as pessoas, ser hostil e agressivo. Neste exemplo, o Alter não é apanhado no papel esboçado para ele pelas acções do Ego. Quando as expectativas do Ego não se cumprem, este não pode persistir no papel durante muito tempo e tem que examinar porque é que não está a conseguir os seus objectivos. Através de uma análise do processo de comunicação, o Ego pode saber como é que ele, Ego, cria uma partilha do seu problema com outros. (Beier, 1966) (2).

Há várias categorias de respostas que servem ao Alter para se afastar das expectativas do Ego. O tipo de resposta «Hm, hm», «Continua», «Diz mais», ocorre na ausência de formas de afastamento mais específicas,

(2) Esta discussão deve muito ao trabalho de Beier (1966). Para uma discussão superficial da desimplicação como processo de intervenção em grupos de recontro, ver Egan (1973).

e dá ao Ego a informação de que o Alter está a ouvir mas, na relação, não vai dar as respostas esperadas (Hargreaves e Starkweather, 1965).

O segundo tipo de afastamento é mais específico e consiste em devolver sentimentos ao Ego:

Ego: Se dizes mais disparates como esses, vou-me embora. Estou melhor no bar.

Alter: Estás muito zangado?

Este tipo de reflexão é de afastamento, porque desloca o centro da questão novamente para o Ego. Embora não necessariamente de sucesso instantâneo, a persistência nele pode levar o Ego a sair do papel de alguém que está zangado e a assumir o papel de alguém que examina a própria zanga e suas implicações.

Certos tipos de sondagem também tendem a produzir afastamento se for convencionalmente permitido que questões interrompam o processo de atribuição de um papel ao Alter:

Ego: Devo dizer que isso me fez sentir muito infeliz.

Alter: O que pensas que fez ao David?

De certa forma, isto poderia ser chamado «deflectir», visto que encoraja o Ego a sair da sua procura de um papel de busca de simpatia, para assumir o de considerar os outros.

Finalmente, e embora esta lista não seja exaustiva, há o tipo de resposta que «acompanha a resistência», e que quase parodia o papel do Ego:

Ego: Vovês devem estar neste jogo por sadismo. Para ver o sofrimento dos outros (dito com um tom bastante hostil).

Alter: Porque outra razão é que haveríamos de perder tempo com um tipo como tu?

Tecnicamente chamada «resposta paradigmática», consiste em exagerar ou dramatizar o comportamento do Ego, e assim, antecipar-se-lhe.

Ego: (Depois de passar longos momentos a discutir o tempo) Está mesmo um dia bonito.

Alter: Sim, maravilhoso. O sol a brilhar, o céu azul, uma brisa suave. Deus está no céu, está tudo bem neste mundo. (Dito muito exageradamente.)

Ego: Está bem, já percebi — continuemos.

Com efeito, o afastamento quebra a usual corrente de interacção, de modo a levar o Ego a examinar o seu comportamento. Se este não mudar, não terá êxito.

O afastamento cria incerteza. No entanto, a criação de incerteza dentro e fora de si, não leva necessariamente a qualquer comportamento exploratório. A incerteza criada numa atmosfera hostil, coloquialmente reconhecida como «de troca», resulta mais do que provavelmente em recuo. Assim, um factor chave no processo que traz o afastamento, é a atmosfera na qual esta é engendrada. Dentro de um contexto de apoio, o Ego deve ser desafiado e confrontado, tornado incerto, se se quiser que a experiência da incerteza leve mais à exploração do que ao recuo e defesa (Harrison, 1965).

O afastamento é um processo duplamente facetado, visto que serve para aumentar a consciencialização e, independentemente, trazer a mudança. O Ego pode não obter a resposta que deseja, mantendo-se indiferente às razões, mas pode mudar o seu comportamento, de modo a manter a interacção⁽³⁾.

Os afastamentos servem essencialmente para se interromper temporariamente o ciclo da interacção. Normalmente, o Ego pode tentar enfrentá-las de várias maneiras. Um dos estratagemas mais comuns usados pelo Ego é o de definir o comportamento do Alter como falho de competência social. Eis um exemplo típico deste fenómeno: quando duas ou três pessoas estão a discutir um colega ausente, as faltas de atenção deste último para com um dos presentes são consideradas com frases como «Não te preocupes com

(³) Agradeço a David Sims o ter posto à minha disposição muito do material sobre forma de enfrentar o afastamento.

ele», «Ele se calhar não quis dizer isso», «Ele não entende de assuntos delicados». Muita da textura da vida social, deriva de se ter uma rede de pessoas dando esta espécie de confirmação e apoio, afirmando ao Ego que, nem a sua apresentação, nem a sua interpretação, falharam completamente. Uma das características especiais da situação de grupo-T é que o Ego já não dispõe daqueles que normalmente o apoiam e confirmam quem é o Alter quem é socialmente incapaz ou que simplesmente não tem razão. Pelo contrário, o clima é o de levar a sério o comportamento dos outros, sendo reduzida a ameaça associada a outras estratégias de lidar com comportamentos potenciais de afastamento.

Em segundo lugar, o Ego pode interpretar o comportamento do Alter como uma resposta apropriada e legítima, que faz sentido dentro da imagem do mundo do Alter construída pelo Ego, mas que valoriza um afastamento pois o Ego sente-se incompreendido. Neste caso, o Ego aceita a responsabilidade por ter instigado o comportamento do Alter, que afastou o Ego da situação. O erro que se atribui a si próprio pode ter vindo da realização do seu último comportamento, ou da sua interpretação do comportamento do Alter. As estratégias mais comuns para fazer face a isto, são: 1) (para um erro de realização) — «Não, desculpa, não queria dizer isso...» e 2) (para um erro de interpretação) — pausa, durante a qual o Ego revê o último comportamento do Alter, até que encontra uma interpretação que se ajusta à interacção, tal como ele a vê, e diz então: «Oh, percebo, pensei que querias dizer...» (riem-se os dois).

Num grupo-T, o treinador pode provocar afastamentos, mas também pode reforçá-los, dependendo isto das suas intervenções ou ocorrendo naturalmente. A técnica para reforçar afastamentos é definir a realidade de forma tal que eles se tornem um legítimo objecto de atenção, investindo-se tempo e esforço na compreensão do seu surgimento.

Das estratégias acima delineadas, podemos tirar duas regras seguidas pelo Ego no seu confronto com o afastamento:

Regra 1: De entre as definições alternativas da circunstância de afastamento, selecção daquela que exige o menor esforço no confronto, e que no entanto torna a situação compreensível de novo.

Regra 2: Depois de diagnosticar porque é que se deu a separação (seleccionando uma definição como foi indicado acima), o único critério existente para a selecção da estratégia de confronto, deve ser o de que a interacção se reassuma o mais depressa possível.

Ambas estas regras são funcionais na vida quotidiana, de modo a encorajar uma interacção regular e eficiente. O monitor dos grupos-T encoraja os participantes a suspender ambas as regras, e a ver se a maneira como elas operam leva a uma interacção efectiva e eficiente.

Os limites temporais e as normas acerca daquilo que constitui um objecto de esforço legítimo, podem ser vencidos por algum tempo, durante um grupo-T, e é este o instrumento pelo qual as regras são suspensas. O terceiro tipo de interpretação aberto ao Ego, quando este é afastado pelo comportamento do Alter, é o mais radical meio para o Ego concluir que a situação não é o que ele pensava. Isto implica um grande esforço de reajustamento, e assim, segundo a Regra 1, tal interpretação só pode ser aplicada quando as que foram previamente esboçadas mostraram não ser capazes de satisfazer a Regra 1, isto é, tornar a situação capaz de ser compreendida.

Mais uma vez o grupo-T proporciona o apoio e confrontação necessários para tornar isto possível e fazendo-o, não só dá oportunidades de compreensão do processo de interacção, mas também de mudança destes processos onde eles são manifestamente ineficazes e disfuncionais.

Para alguns, o afastamento é um fim em si, parte da estratégia interpessoal dos jogos.

Para os nossos objectivos dentro dos grupos de treino, é um preliminar, um prelúdio ao re-envolvimento num estilo menos limitativo. Um prelúdio necessário; no entanto, nos termos de Brecht: «A compreensão e crítica genuínas só são possíveis se as partes e o todo puderem ser compreendidas e criticadas» (Brecht, 1965).

Como discutimos antes, o grau de compreensão e crítica (reavaliação) levadas a cabo pelo Ego, dependerá da sua interpretação do afastamento a que foi sujeito. Também indicámos, seguindo Beier (1966) e Whitaker (1965), que as bases do comportamento do Ego não são necessariamente ou até sobretudo conscientes. O afastamento pode servir para estimular a tomada de consciência, e persuadir o Ego a considerar a causalidade, mas o grau de resistência a isto pode estar directamente relacionado com a centralidade do comportamento posto em questão no que diz respeito à auto-imagem do Ego.

Se o nosso anterior modelo é sustentável, a resistência ainda será mais aumentada pelo facto de o Ego ter feito várias tentativas em falso na situação, antes de realmente realizar comportamento; este simulou-a ou ensaiou-a no teatro do seu pensamento, seleccionando acções para si próprio e para o Alter. Mesmo quando a acção tem um carácter automático e repetitivo é, mesmo assim, acção seleccionada (Blumer, 1959).

Normalmente, o processo de ensaio reduz a ansiedade associada à interacção, embora em situações muito incertas se aproxime da improvisação especulativa, podendo aumentar os níveis de ansiedade. O facto de ter praticado uma determinada acção (a apresentação do *self* planeada na situação, é antecipada), pode torná-la menos ameaçadora que as outras; com esta orientação, o Ego sabe onde está, pois (no teatro do seu pensamento) já lá esteve antes. É provável que, devido à redução da incerteza, assim conseguida, o Ego resista às forças que le-

vam a uma regra que não está de acordo com o seu ensaio mental. Na maioria das circunstâncias pode acontecer que esta seja a principal força conservadora no sentido de manter a orientação do Ego. Se o Ego se orientar de uma certa forma durante o ensaio, essa será a orientação a que ele se agarrará quando encarar a situação que estava a ensaiar ou a simular (Fransella, 1973).

O afastamento traz tomada de consciência (Mangham, 1970), mas a não ser que o Ego seja capaz de ensaiar ou simular novos padrões de comportamento, pouca mudança evidente se lhe seguirá na interacção. O grupo-T proporciona ao Ego a oportunidade de tornar explícito o teatro do seu pensamento, de observar, considerar e desenvolver novos padrões de ensaio e simulação, e de praticar novas capacidades. Tais oportunidades no comércio normal da vida social são realmente raras.

O afastamento proporciona ao Ego a oportunidade de considerar a sua responsabilidade na interacção. Quer provocando o afastamento através da sua intervenção, quer reforçando-a, dando-lhe ênfase, quando esta ocorre naturalmente, o monitor do grupo-T tem um instrumento poderoso para a análise da interacção. Recusando-se a aceitar os constrangimentos de resposta implicados no comportamento do Ego, o monitor não só interrompe temporariamente o processo de interacção, como também proporciona ao Ego a oportunidade de olhar para as consequências da sua atribuição de um papel ao Alter, e para a relação das suas predisposições com este comportamento.

O afastamento é uma experiência dramática, que pode proporcionar ao actor um certo grau de «incerteza benéfica», suficiente para dar lugar a um desafio que considere modos alternativos de envolvimento com outros actores. A partir do momento em que o actor está efectivamente afastado, dentro da atmosfera apoiante do grupo, este pode considerar como a sua atribuição de um

papel ao Alter limita a resposta dos outros. Claro que o processo em si pode ser necessário, mas não suficiente. Provavelmente o actor necessita apenas de compreender como é que as suas definições e necessidades afectam o seu comportamento, mas também precisa da oportunidade de experimentar um certo grau de incerteza, de modo a reconhecer que nada de drástico acontece à sua existência psicológica. Deste modo, o actor pode dar-se conta de que pode existir sem obrigar os outros a respostas altamente predizíveis; pode aprender como interpretar os outros produtivamente. Como Beier diz (1966): «identificar as comunicações que elevam a oferta individual de maior liberdade para os outros, parece-nos uma observação com algum significado político». O afastamento pode ser um primeiro passo.

CONCLUSÕES

Este artigo preocupou-se em desenvolver um modelo de interacção que aumenta a compreensão do comportamento tanto no grupo-T, como noutras situações. A partir de uma consideração da natureza cíclica do processo, foi identificado um modo de intervenção que se situa além das formas simples de *feedback* que, se implementado pode facilitar a mudança nas relações e elevar a compreensão do comportamento. Foi argumentado que o grupo-T, relacionado como está com «modos de estar com as pessoas» (Lakin, 1973), é o lugar ideal para a prática efectiva do afastamento, que pode levar não só a uma tomada de consciência muito maior, mas a mudanças radicais na conduta.

REFERÊNCIAS

- ALBEE, E. — *Who's Afraid of Virginia Wolf?*, London, Jonathon Cape, 1964.
- ARGYLE, M. — *The Psychology of Interpersonal Behaviour*, London, Penguin Books, 1967.
- BALL, D. W. — «The Definition of the Situation: Some Theoretical and Methodological Consequences of Taking W. I. Thomas Seriously», *Journal for the Theory of Social Behaviour*, vol. 2, n.º 1, 1972.
- BANNISTER, D. e FRONSELLA, F. — *Inquiring Man*, Penguim, 1972.
- BEIER, E. G. — *The Silent Language of Psychotherapy*, Chicago, Aldine Publishing, 1966.
- BERGER, P. — *Invitation to Sociology*, Chicago, Doubleday, 1963.
- BERGER, P. e LUCKMAN, T. — *The Social Construction of Reality*, Penguim Press, 1967.
- BERNE, E. — *Games People Play*, London Deutch, 1964.
- BLUMER, H. — *Symbolic Interactionism; Perspective and Method*, Englewood Cliffe, Prentice Hall, 1969.
- BRADFORD, R. GIBB I. e BENNE K. — *T-group Theory and Laboratory Method: Innovation in Re-education*, New York, Wiley, 1964.
- BRECHT, B. — *Brecht on Theatre* (Editor Willet M.), London, Methuen, 1965.
- EGAN, G. — *Face to Face*, Wadsworth, 1973.
- GIGLIOLI, P. P. — *Language and Social Context*, London, Penguin Books, 1972.
- GOFFMAN, E. — *The Presentation of Self in Everyday Life*, Chicago, Doubleday, 1959.
- GOFFMAN, E. — *Encounters*, Chicago, Bobby Merrill, 1961.
- HOLTHUSEN, H. E. — «Brechts Dramatic Theory», in *Brecht* (E. L. Demetz P.), Spectrum, 1961.
- KELLY, G. A. — *The Psychology of Personal Constructs*, New York, Moston, 1955.
- LAKIN, M. — *Interpersonal Encounters: Theory and Practice in Sensivity Training*, New York, MacGraw Hill, 1973.
- MACIVER, R. M. — *Social Conversation*, New York, 1942.
- MANGHAM, I. L. — *Unpublished Ph. D.*, Leeds University, 1970.
- MANGHAM, I. L. — *Interactions, Organizational and Interventions*, 1975.
- MCCALL, M. e SIMMONS, I. — *Identities and Interactions*, New York, Free Press, 1966.
- MEAD, G. H. — *Mind, Self and Society*, Chicago, University of Chicago Press, 1936.
- SARANSON, S. B. — *The Creation of Settings and the Future Societies*, London, Jossey-Bass, 1972.
- STANISLAVSKY, C. — *Building a Character*, London, Flek Book, 1950.

- STEBBINS, R. A. — «A Theory of the Definition of the Situation», *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, 4, 1967.
- STEBBINS, R. A. — «Role Distance, Role Distance Behaviour and Jazz Musicians», *British Journal of Sociology*, 20, 1969.
- STEBBINS, R. A. — «Studying the Definition of the Situation: Theory and Field Research Strategies», *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, 6.4, 1969.
- STYAN, V. L. — *The Elements of Drama*, Cambridge, 1963.
- THOMAS, W. I. — *The Unadjusted Girl*, Boston. Little Brown, 1923.
- TURNER, C. H. — «Role-Taking: Process Versus Conformity» in *Humans Behaviour and Social Process*. (Ed. Rose A). Houghton Mifflin, 1962.
- WEINSTEIN, E. A. — «Tasks, Bargains and Identities in Social Interaction», & Deutscher, P. *Social Forces*, 42, 1964.
- WHITAKER, D. S. — «The Process by which Change Occurs and the Role of Insight», *Psychotherapy*, 13, 1965.



PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE

"ABRINDO O LIVRO A TODAS AS FORMAS DE VIDA"

Psicologia • Psiquiatria • Pediatria

DICIONÁRIO DE PSICOLOGIA

James P. Chaplin

INTRODUÇÃO A PSICOLOGIA

John Cohen

PSICOLOGIA E EPISTEMOLOGIA

Jean Piaget

PROBLEMAS DE PSICOLOGIA GENÉTICA

Jean Piaget

SEIS ESTUDOS DE PSICOLOGIA

Jean Piaget

O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO

Jean Piaget

QUE É A PSICANÁLISE?

Ernest Jones

ANTIPSIQUIATRIA

Chantal Bosseur

ESQUIZOFRENIA

Thomas Szasz

SUICÍDIO E TENTATIVA DE SUICÍDIO

Erwin Stengel

PSICANÁLISE E PEDIATRIA

Françoise Dolto

PSICOLOGIA DA PRIMEIRA INFANCIA

Marcel Bergeron

O DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DA CRIANÇA

Marcel Bergeron

Distribuição:

DIGLIVRO

Rua das Chagas, 2, 1200 Lisboa. Telefones: 369769, 369108 e 371605